



Amefricanizando as Relações Internacionais para curar a Afasia Racial da disciplina

Amefricanizing International Relations to Cure the Discipline's Racial Aphasia

Amefricanizar las relaciones internacionales para curar la afasia racial de la disciplina

Erica Paula Vasconcelos¹

Ramon Blanco²

Enviado em: 27 de agosto de 2024

Aceito em: 07 de agosto de 2025

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar a disciplina de Relações Internacionais, apontando como cural/resistência a categoria político-cultural da amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez. Para isso, emprega-se o conceito de afasia racial para demonstrar o esquecimento deliberado no campo teórico da disciplina acerca dos processos racializados e da legitimação do racismo epistêmico, considerados indissociáveis da arquitetura das relações internacionais. Nesse sentido, o argumento do artigo é de que a amefricanidade é o elemento central para curar a disciplina da afasia racial. Para desenvolver esse argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira aborda a contextualização da afasia racial e como ela se operacionaliza na dimensão teórica mainstream da disciplina, especificamente na negação da raça e do racismo. A segunda demonstra como a categoria da amefricanidade pode curar a afasia racial e suas potencialidades para pensar o quadro teórico da disciplina. A análise crítica da disciplina de Relações Internacionais presente neste artigo contribui para o debate de que suas teorias são estruturadas pelo ocidente, demonstrando a necessidade da

1 Doutoranda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI PUC-Rio), bolsista CNPq. É especialista e mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI-UNILA), e bacharel em Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Bahia). Integrante do Coletivo de Pesquisadores Negros de Relações Internacionais e do Núcleo de Estudos para a Paz (NEP). Atua como coordenadora da Comissão de Equidade Étnico-Racial e do Fórum de Discentes da Pós-Graduação, ambos da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), e é pesquisadora no Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (LACRI-UnB), do grupo de pesquisa Direito Internacional Crítico (DICRI) e do Núcleo de Saberes Ancestrais e Populares da América Latina e o Caribe (NUSAP). (erica.vasconcelosubis@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>

2 Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, é Professor Associado da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde é Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, além do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. É autor de *Peace as Government: The Will to Normalize Timor-Leste* (Lexington Books, 2020) e, em coautoria com Alessandro Eugênio Pereira, *Teorias Contemporâneas de Relações Internacionais* (Intersaberes, 2021). O autor agradece o apoio financeiro proporcionado às suas investigações pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA sob os seguintes instrumentos financeiros: PRPPG No 109/2017, PRPPG No 58/2018, PRPPG No 110/2018, PRPPG No 149/2018, PRPPG No 154/2018, PRPPG No 25/2019, PRPPG No 80/2019, PRPPG No 66/2020, PRPPG No 104/2020, PRPPG No 105/2020, PRPPG No 166/2021, PRPPG No 191/2021, PRPPG No 205/2021, PRPPG No 77/2022, PRPPG No 90/2022, PRPPG No 102/2023, PRPPG No 121/2023, PRPPG/IMEA No 16/2023, PRPPG No 118/2024, PRPPG No 05/2025. Além disso, o autor agradece o apoio financeiro recebido pelo Programa de Pesquisa Básica e Aplicada (PBA — Chamadas Públicas 09/2021 e 23/2024) da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. (ramon.blanco@unila.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0330-6235>

amefricanidade para repensar a política internacional entre atores e comunidades.

Palavras-chave: *Relações Internacionais; Amefricanidade; Lélia Gonzalez; Raça e Racismo.*

ABSTRACT

This article aims to problematize the discipline of International Relations, pointing to the political-cultural category of Amefricanity, coined by Lélia Gonzalez, as a cure/resistance. To this end, the concept of racial aphasia is used to demonstrate the deliberate neglect in the theoretical field of the discipline of racialized processes and the legitimization of epistemic racism, considered inseparable from the architecture of international relations. In this sense, the article argues that Amefricanity is the central element to cure the discipline of racial aphasia. To develop this argument, the article is structured in two sections. The first addresses the contextualization of racial aphasia and how it is operationalized in the mainstream theoretical dimension of the discipline, specifically in the denial of race and racism. The second demonstrates how the category of Amefricanity can cure racial aphasia and its potential to think about the theoretical framework of the discipline. The critical analysis of the discipline of International Relations present in this article contributes to the debate that its theories are structured by the West, demonstrating the need for Amefricanity to rethink international politics between actors and communities.

Keywords: *International relations; Amefricanity; Lélia Gonzalez; Race and Racism.*

RESUMEN

Este artículo se propone problematizar la disciplina de las Relaciones Internacionales, señalando la categoría político-cultural de la ameafrikanidad, acuñada por Lélia Gonzalez, como una cura/resistencia. Para ello, se utiliza el concepto de afasia racial para demostrar la negligencia deliberada en el campo teórico de la disciplina de los procesos racializados y la legitimación del racismo epistémico, considerado inseparable de la arquitectura de las relaciones internacionales. En este sentido, el artículo argumenta que la ameafrikanidad es el elemento central para curar la disciplina de la afasia racial. Para desarrollar este argumento, el artículo se estructura en dos secciones. La primera aborda la contextualización de la afasia racial y cómo se operacionaliza en la dimensión teórica dominante de la disciplina, específicamente en la negación de la raza y el racismo. La segunda demuestra cómo la categoría de ameafrikanidad puede curar la afasia racial y su potencial para pensar el marco teórico de la disciplina. El análisis crítico de la disciplina de Relaciones Internacionales presente en este artículo contribuye al debate de que sus teorías son estructuradas desde Occidente, demostrando la necesidad de que la ameafrikanidad repense la política internacional entre actores y comunidades.

Palabras clave: *Relaciones Internacionales; Ameafrikanidad; Lélia Gonzalez; Raza y racismo.*

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em uma época em que ‘o velho não morreu e o novo ainda não pôde nascer’³, pois esse novo pode acabar sendo afogado pelas vísceras e sangue coagulado das antigas, que ressuscitam corpos novos, transformando-os em zumbis. Isso impede, com insistência e violência, o surgimento do novo vindo de novas comunidades, epistemologias, potências ancestrais ou qualquer narrativa que fuja do comum ocidental. Esse cenário não muda quando analisamos a dimensão mainstream da disciplina de Relações Internacionais (RI), sobre a qual, neste artigo, pautamos a omissão da disciplina em relação à raça e seus desdobramentos, como o racismo, como elementos centrais que atravessam tanto o cenário da política internacional quanto seu campo teórico. Esse cenário representa o esforço calculado da disciplina de não querer falar, ouvir ou enxergar os processos racializados na formação de seu próprio eixo teórico, o que a torna limitada, como área de estudo, para compreender os fatores que envolvem desigualdades, marginalizações e subalternidades.

Dessa forma, o presente artigo problematiza a afasia racial da disciplina de RI, evidenciando como as teorias cristalizam o racismo em suas composições e, assim, prejudicam a análise de estruturas indissociáveis da raça, que formaram a arquitetura do sistema internacional. Nesse sentido, o argumento do artigo é de que a disciplina sofre de afasia racial, um distúrbio

de linguagem que afeta a comunicação sobre as temáticas de raça e racismo. Para tratar da afasia racial é necessário recorrer à categoria político-cultural da amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez, que, além de poder curar essa afasia, usa formas de resistências⁴ para construção de outros saberes. Para desenvolver seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira aborda a contextualização da afasia racial e como ela se operacionaliza no campo teórico da disciplina. A segunda demonstra como a categoria da amefricanidade pode curar a afasia racial por meio de suas potencialidades, alcançando o quadro teórico da disciplina sob a lente crítica de Lélia Gonzalez. A análise crítica da disciplina de Relações Internacionais presente neste artigo contribui para o debate de que suas teorias são estruturadas pelo ocidente, demonstrando a necessidade da amefricanidade para repensar a política internacional entre atores e comunidades.

2 PROBLEMATIZANDO A AFASIA RACIAL NA DIMENSÃO MAINSTREAM DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Evidenciar a presença da raça na dimensão mainstream das Relações Internacionais (RI) para delinear o acometimento da afasia racial pela disciplina é o objetivo central desta seção. Iniciaremos com o autor Amitav Achar-

3 Em contraposição à frase original “o velho está morrendo e o novo não pôde nascer”, de autoria gramsciana, que descreve o estado de crise e transição na obra “Cadernos do Cárcere” (1999), essa frase foi tema do 9º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), ocorrido em julho de 2023, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Durante o evento, foram apresentadas novas formas de saberes para reconstruir, desconstruir, descolonizar e aquilombar o campo de Relações Internacionais, que ainda conserva conhecimentos tradicionais, geralmente provenientes de discursos eurocêtricos.

4 O conceito de resistência, neste artigo, se espelha na concepção de Amílcar Cabral, que foi um líder que dialogava tanto com a prática quanto com o campo teórico. Por isso, entendia que, para a teoria revolucionar, ela precisava compreender as condições locais (De Paula, 2024), envolvendo relações, convívio, dificuldades, precariedades e desigualdades. Nesse sentido, essa visão de Amílcar explica sua defesa pelo que chamou de “arma da teoria” (De Paula, 2024), ou seja, a luta como ferramenta de visibilidade profunda da realidade social, sendo também o gatilho revolucionário de mudança. Dessa forma, equiparamos esse sentido de luta ao que chamamos de resistência.

ya (2022), que conceitua raça como parte da condição humana ao longo da história, sendo a base fundamental “científica, lucrativa, ofensiva, geopolítica e normativa para organizar a ordem mundial” (Acharya, 2022, p. 26). Dessa forma, o autor mobiliza o segundo conceito, equiparando raça a um grupo social predominante ao qual as pessoas frequentemente se consideram pertencentes, com base em características físicas como a cor da pele, o formato dos olhos, o nariz, os fios capilares etc. (Acharya, 2022).

Ainda sobre a mobilização do conceito de raça, o autor Alexander Barder, na obra intitulada *Global Race War* (2021), afirma que a raça passa a ser entendida como uma perspectiva nas relações internacionais, sendo uma característica organizadora central da política mundial (Barder, 2021). O autor também afirma que a centralidade racial na política mundial se dá pela expansão do colonialismo europeu, que teve profundas ramificações para o surgimento da ideia de global através da apropriação genocida de terras na América do Sul. Além disso, destaca a escravização dos africanos, que foi uma economia política transnacional racializada e baseada na hierarquia racial (Barder, 2021).

A expansão do colonialismo⁵ e o desencadeamento de processos racializados, implementados pela violência, tornam a raça mais do que um conceito, já que pressupõe sua materialização através de uma lógica imaginária da compreensão de desenvolvimento que acon-

teceu através de marcadores da diferença fenotípica, de status, classe e poder político (Barder, 2021). Esses marcadores, que representam a materialização da raça, são representados pelo que Du Bois chamou de linha de cor global. Essa ‘linha’ de cor do século XX, apesar de ser um elemento visual por ser condicionada por cores, representa traços contínuos que definem formas, padrões e direções nas relações entre raças de homens mais escuros e mais claros. Nesse caso, essa linha de cor torna-se internacional porque sua dimensão alcança continentes, como Ásia, África, América e as ilhas do mar (Du Bois, 1903).

De fato, ao analisar de forma pluralizada esse ‘problema’ que essa linha de cor representa, percebe-se que ela codificou cores por linhas que definiram sequências de padrões raciais para catalogação de diferentes espécies — não da botânica ou zoologia, mas da espécie humana. Esse problema toma novos contornos porque a raça passa a ser utilizada como um dispositivo de catalogação do diferente, ou seja, dos não brancos, em um processo de transição para validar sua humanidade, através do uso da violência extrema, legalizada e normalizada pelos Estados coloniais. O que entendemos sobre esse processo de transição para a validação da presença de ‘humanidade’ nos não brancos, na visão de Henderson (2015), está relacionado à relação entre uma figura ‘Deus’ e o homem branco.

Essa figura divina, que na concepção da religião eurocristã é caracterizada como onipotente (todo-poderoso), onisciente (todo-sábio) e onipresente (presente em todos os lugares), foi usada como elemento estético para tornar o divino/sobrenatural e o homem/natural em um único ser divino. Esse *sui generis* de Deus-homem-branco, que se assemelha à relação de cumplicidade entre ambos, segundo Hender-

5 O colonialismo, neste caso, representa a junção entre colonização e civilização para descivilizar os não brancos, colonizados e, assim, brutalizar seu humanismo em prol da defesa do homem branco e do desenvolvimento do processo colonial sustentado por equações desonestas, compostas por: cristianismo igual a civilização e paganismo igual a selvageria, as quais só poderiam resultar nas abomináveis consequências dos colonialistas e racistas (Césaire, 2000). Além disso, o colonialismo se multiplicou, tornando-se disruptivo, “descivilizador”, desumanizador, explorador, racista, violento, brutal, cobiçoso e “coisificante” no mundo (Ndlovu, 2018, p. 11).

son (2015), justifica o porquê dos brancos se colocarem como figuras divinas que, ao mesmo tempo, possuem a autonomia do Deus soberano, justificando assim sua distinção biológica dos não brancos (Henderson, 2015).

Ou seja, os homens de raça branca criaram um mundo de ficção no qual se colocaram como civilizados, ocupando um estágio superior de desenvolvimento, caracterizado por comportamentos morais, sociais e culturais. Colocaram os não brancos, nesse mundo de ficções, como fardos do homem branco, pois, este assumiu a missão de atravessar a escada evolutiva junto aos não brancos para alcançar a civilização e a cultura dos brancos. Neste caso, “os não-brancos teriam de ser ensinados por brancos que – muitas vezes de forma magnânima – assumiram esse “fardo” para que estas raças inferiores pudessem se elevar acima de suas barbárie e selvageria” (Henderson, 2015, p. 20, tradução livre)

Ainda nesse raciocínio, Henderson (2015) reafirma o pensamento dubosiano ao representar a raça por uma linha de cor, considerando o problema nas relações entre raças de homens escuros e homens claros, entendendo essas relações como expoentes de hierarquia e dominação por parte dos europeus brancos e seus principais desdobramentos diaspóricos nas Américas e na África, com os não brancos ocupando posições subordinadas. Pontua também que alguns princípios doutrinários da área científica foram influenciados por imaginários raciais, contribuindo para a disseminação desses nos Estados. Por exemplo, a teleologia evolutiva supremacista branca, que moldou as políticas domésticas a partir da escravidão, tornando as invasões, colonizações e genocídios ações legítimas de adaptação e evolução (Henderson, 2015).

Dessa forma, Thompson (2015) entende a raça como um sistema de relações globais de poder que, ao longo do tempo, tende a se manifestar de maneira diferente no espaço, através de vários níveis. O autor baseia-se na política comparativa e na teoria racial crítica, reiterando que a raça é uma norma que acomete as políticas domésticas e as relações entre os Estados-nação (Thompson, 2015). Como consequência dos mecanismos de diversas formas de desigualdade dentro de uma lógica de hierarquias racializadas nas relações, o racismo surge como prática costumeira e política de dominação, baseada no conceito especioso da própria raça (Henderson, 2015).

Nesse caso, o racismo pode ser equiparado à prática de inferiorização, por meio da diferença, tornando-se elemento central da política global, contornado por linhas invisíveis, para separar, subjugar e dominar as raças não brancas. Ou seja, o racismo não é apenas preconceito ou fanatismo, ele se tornou uma crença presente nas práticas políticas, refletindo no poder institucional, principalmente o estatal (Henderson, 2015). Partindo desses pressupostos, a obra “*Hidden in Plain Sight: Racism in International Relations Theory*”, expõe a existência da profunda cumplicidade das Relações Internacionais em um nível teórico na manutenção da linha global de cores. O autor afirma que, apesar da raça ter exercido papel central no desenvolvimento das dinâmicas políticas nas relações internacionais, a disciplina de RI tem sido surpreendentemente omissa quanto à questão racial (Henderson, 2015). Ou seja, essa omissão das RIs, possui relação direta com a continuação do colonial racional, sendo este um projeto da supremacia branca para dividir as raças promovendo hierarquização como elemento de validação de superioridade.

Neste caso, os brancos eram os portadores das habilidades intelectualmente e por isso tinham a tutela sobre os não brancos, o que mais tarde ficou conhecido como o “fardo do homem branco”⁶ (Henderson, 2015, p. 47, tradução livre). Então, a partir dessa ideia de omissão-negação normalizada na disciplina, podemos ressaltar dois fatores que contribuem. O primeiro é o ‘supremacismo branco’, que refere-se à dominação dos grupos brancos que construíram a disciplina, com fortes ideologias que influenciaram fortemente o campo acadêmico. Essa manipulação pelo supremacismo branco sobre os interesses do campo baseia-se na superioridade natural do branco sobre o negro ou diferentes grupos da humanidade, o que pode estar fortemente ligado ao nazismo (Henderson, 2015).

O segundo fator é representado pelo ‘dualismo racial’, que se refere à institucionalização de imaginários dicotômicos, como superior ou inferior, civilizado ou incivilizado, humano ou não humano, com alma ou sem alma, etc., utilizados para a normalização dos processos opressivos nas relações sociais e estatais. Ou seja, esse dualismo racial, que forma uma separação (invisível, porém perceptível) entre povos, também é utilizado pela supremacia branca para manter o controle não só do campo teórico da disciplina, mas também do mundo. Enquanto isso, os não brancos são co-

locados no mundo subjugado, inferiorizados e marcados por desigualdades sociais que os impossibilitam de ascensão social ou de viver em igualdade (Henderson, 2015).

Os autores Zvobgo e Loken (2020), na obra intitulada “*Why Race Matters in International Relations: Western dominance and white privilege permeate the field. It’s time to change that*”, reafirmam essa omissão-negação da raça nas Relações Internacionais, como evidência do domínio ocidental e do privilégio branco na conjuntura da política internacional, que por isso cria dinâmicas racistas no campo teórico. Ou seja, esse esforço calculado das RI em relação à omissão-negação da raça no seu campo teórico, na obra intitulada “*Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race*”, o autor Thompson (2015) chama de ‘afasia racial’. Segundo o autor, a afasia racial se constitui nos termos da colonização, porém nega a continuação da mesma na contemporaneidade, por isso, há uma reprodução do racismo sob formas dessa atualidade, como desigualdades, preconceitos, subalternidades, etc. (Thompson, 2015).

De fato, é importante destacar que, apesar de esse conceito ser mobilizado pelo autor para problematizar a disciplina de RI, as características descritas do que representa a afasia racial dialogam com o próprio conceito de afasia. No campo da neurologia, a palavra ‘afasia’ representa um “enfraquecimento ou perda do poder de captação ou expressão das palavras como símbolos, provocada por alguma lesão em alguns centros cerebrais e não devido a algum defeito na audição ou na fonação” (Araújo, et al., 2023, p. 5).

Além disso, a afasia, também é conceituada como “um distúrbio da comunicação que surge quando há danos nas áreas do cérebro que con-

6 O “fardo do homem branco” era apresentado como um ato de misericórdia divina apresentado como uma árdua missão, atribuída ao homem branco para que pudesse agir em ‘favor’, como um ato afetivo, das raças consideradas inferiores, elevando-as acima de sua barbárie e selvageria (Henderson, 2015), ou seja, as tornando em humanos cristãs e civilizadas. As raças não eram biologicamente inferiorizadas, mas também representadas como corpos em estado de conflito perpétuo, já que não aceitavam a ‘civilização’. Por isso, a “missão civilizadora” foi vista como um “fardo para o homem branco”, que poderia usar a força (violência) para impor a civilização (Henderson, 2015).

trolam a linguagem, o que afeta a compreensão e a produção da linguagem” (Araújo, et al., 2023, p. 5). Esse distúrbio apresenta-se através das dificuldades mais comuns, que são: falar, interferindo não no intelecto nem no conhecimento preservado, mas nas formas de expressão da comunicação e do discurso. No entendimento, as palavras ficam confusas, dificultando o entendimento e a compreensão, por último, na leitura e na escrita, prejudicando a habilidade de organizar palavras, frases e elaborar textos (Araújo, et al., 2023).

No dicionário Oxford (2025), a palavra ‘afasia’, no grego ‘*aphasia*’ e no francês ‘*aphasie*’, era usada como uma forma doutrinária que reafirmava o pensamento de que “segundo a qual o espírito humano não pode atingir nenhuma certeza a respeito da verdade” (Oxford, 2025). Essa doutrina ceticista partia do ponto de que, intelectualmente, alguns seres humanos eram compostos por dúvidas permanentemente inatas, o que os tornava incapazes de ter uma compreensão absoluta da realidade. Na concepção filosófica, a afasia é vista como uma condição de abstinência consciente de qualquer juízo, originada pelo reconhecimento da ignorância a respeito de tudo que transcende as possibilidades cognitivas do ser humano (Oxford, 2025).

De fato, tanto no conceito da doutrina do ceticismo quanto na perspectiva filosófica, a afasia representa uma limitação calculada e não patológica, ou seja, evidencia a negação, a abstinência do inconsciente para a compreensão da realidade. Não distante desse conceito, a ‘afasia racial’ é um termo mobilizado para tornar evidente a condição calculada da disciplina de RI, que apresenta dificuldades de falar e de gerar um vocabulário que associe palavras e conceitos apropriados, bem como dificuldades de compreender o que é falado (Stoler, 2011; Thompson, 2015).

A afasia racial foi inspirada na literatura da autora Ann Stoler (2011), intitulada “*Colonial Aphasia: Race and Disabled Histories in France*”, em seu discurso na Primeira Conferência Transatlântica. Destacando a situação colonial de alguns continentes, ela ressaltou a centralidade da história colonial da França e dos EUA, onde utilizavam termos como ‘história esquecida’, ‘buraco de memória’ e ‘amnésia coletiva’ (Stoler, 2011). Dentro desse contexto, a situação colonial possui o sentido de esquecimento, apagamento de um determinado contexto histórico, por isso, podemos usar termos como ‘amnésia colonial’ e ‘amnésia histórica’, ambos referindo-se à ausência de migração da historiografia sobre o período colonial (Stoler, 2011).

A expressão “afasia colonial” passa a ser utilizada para problematizar a situação da França moderna, por manter o colonialismo e reproduzir relações de dominação. Apesar disso, conserva-se um tipo de esquecimento, deslocamento e ocultamento proposital da história colonial. Por fim, a autora destaca que o termo afasia colonial não é um fenômeno restrito à França, já que podemos analisar outras experiências de países que passaram por processos de colonização e que apagam ou esquecem como esse passado feriu e ainda prolifera no presente (Stoler, 2011).

Dessa forma, Anievas, Manchanda e Shilliam (2015) fazem uma analogia sobre ficção e realidade para explicar que a disciplina conserva um esquecimento proposital sobre o papel da raça e a produção do racismo. Eles afirmam que as Relações Internacionais (RI), no sistema internacional, funcionam como se estivessem no enredo de um filme, no qual se supõe que tenham caído acidentalmente, batido a cabeça e, por isso, esquecido o passado racista (Anievas, Manchanda e Shilliam, 2015). Essa

analogia com a ambientação de cinematografia critica o modo como a disciplina adquire esse “distúrbio”, que, por outro lado, é falso. Assim, o esquecimento é calculado e fictício, pois finge-se a queda e a batida na cabeça. Além disso, essa analogia descreve um cenário em que a afasia racial da disciplina é uma ficção que não pode ser considerada como amnésia, já que esta indica uma série de eventos que levam ao esquecimento sem intenção deliberada.

Enquanto a afasia racial indica um esquecimento calculado, com a intenção de apagar o passado racista das RI, negando-o no presente — que também é racista — (Anievas, Manchanda e Shilliam, 2015), essa dificuldade de reconhecer o passado eo presente racistas conecta-se ao silêncio coletivo diante da conjuntura de opressão, dominação e desigualdade nos órgãos internacionais e nos Estados. Apesar de professarem compromissos normativos e legais com a igualdade racial, continuam a produzir a estratificação racial que persiste nos países considerados em desenvolvimento (Thompson, 2015, p. 45, tradução livre).

Dessa forma, entende-se que o acometimento da afasia racial pela disciplina de RI afeta também os pesquisadores da área, que se omitem em discutir a questão racial e dão centralidade a assuntos mainstream. Consequentemente, suas análises críticas tornam-se fragilizadas, ao ponto de entenderem a política internacional sob um único ângulo eurocêntrico. Além da comunidade acadêmica, a afasia racial também acomete os órgãos internacionais e suas entidades, bem como as instituições estatais, tornando-as cada vez mais “daltônicas”, ou seja, com dificuldade de perceber ou distinguir cores e suas singularidades.

O daltonismo, nesse sentido, é utilizado para problematizar a falsa ideia de democracia

e inclusão, romantizadas por acordos de cooperação em diversas áreas — seja no âmbito doméstico ou internacional, como segurança, saúde, educação e direitos humanos — dentro de uma estrutura estatal que coloca todos como iguais perante a lei. Porém, dependendo da cor dos sujeitos que compõem esse “todos”, eles são inseridos à margem, onde há precarização no sistema de saúde, marginalização da cultura musical, religiosa e culinária. Esses sujeitos também se tornam alvos centrais das políticas de morte — não importa quantas vezes se grite “eu não consigo respirar”, como George Floyd, ou quantas Marielles Franco sejam assassinadas por lutarem contra o genocídio da população negra. No campo das RI, a centralidade continuará focada na política externa entre China e Brasil e seus desdobramentos.

Concomitante a esse debate, os autores Bhambra et al. (2020), no artigo “*Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism?*”, enfatizam alguns problemas relacionados à negação do papel da raça, frequentemente negligenciado pela disciplina, como o racismo, a brutalidade policial e a continuação do colonialismo. De fato, esses problemas evidenciam as dimensões da afasia racial, tanto na arquitetura da política internacional quanto na própria disciplina. Os autores referem-se à presença negada do racismo na disciplina e ao colonialismo como elemento perpetuado. Por isso, consideram que Westfália não deveria marcar o nascimento dos Estados modernos, mas sim o colonialismo (Bhambra et al., 2020).

Neste caso, o colonialismo representa “um tipo de domínio trajado em política externa”, que, no entanto, deveria considerar seriamente os legados racializados sob as condições de discriminação (Bhambra et al., 2020, p. 18). Esse domínio colonial continuado — que pro-

move formas de discriminação negadas e, por sua vez, legalizadas pela disciplina — insere-se como obstrução calculada do discurso, ou seja, como impedimento premeditado da circulação da mensagem sobre os problemas gerados pelos processos racializados. Essa obstrução é uma disfunção causada pela afasia racial. Para além disso, os autores consideram como negligência a omissão da disciplina sobre esses aspectos e apontam o racismo intelectual como efeito desse problema. Contudo, entende-se que o racismo intelectual não abarca todos os fatores relacionados à omissão da disciplina.

Por outro lado, a afasia racial evoca a ideia de negação — do racismo, do colonialismo, da dominação e do eurocentrismo. Assim, o racismo intelectual é um grande problema, mas representa apenas uma das dimensões da afasia racial. A afasia racial também se manifesta no campo teórico das RI, causando um esquecimento calculado com o objetivo de apagar o passado/presente racista da disciplina. Os autores Zvobgo e Loken (2020) problematizam esse campo teórico, afirmando que algumas teorias, ao conservarem o racismo, revelam seu enraizamento no eurocentrismo — como a teoria do liberalismo. Esta foi construída sob uma base eurocêntrica e, por isso, justificou o imperialismo branco, o que não é amplamente reconhecido no campo das RI (Zvobgo e Loken, 2020).

Como mencionado anteriormente, o “imperialismo branco” refere-se à ideia de império justificado pela crença de uma raça superior, utilizada para legitimar as “missões civilizadoras” contra outras raças. Dessa forma, os autores também criticam o construtivismo, que, embora possa ser utilizado para analisar contextos diversos sobre questões raciais e as práticas promovidas pelo racismo, não centraliza as desigualdades e divisões causadas pela raça, e sim

as entende como produtos construídos a partir das experiências (Zvobgo e Loken, 2020). Ou seja, essa corrente teórica parte da premissa de que as instituições autoritárias devem ser abolidas para que o Estado perca seu poder e autoridade sobre os indivíduos, visando uma sociedade formada por associações livres e voluntárias. No entanto, a raça continua sendo um tema isolado e distante da realidade do campo, o que evidencia o crescente acometimento da afasia racial pela disciplina de RI. Na seção seguinte, evidenciaremos a categoria político-cultural da amefricanização como cura e resistência à afasia racial na disciplina, além de pontuar suas contribuições para o campo.

3 AMEFRICANIZANDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TRATANDO A AFASIA RACIAL DA DISCIPLINA ATRAVÉS DA RESISTÊNCIA ÁFRICA- AMÉRICA LATINA E CARIBE

Delinear como a categoria político-cultural da amefricanidade pode curar e possibilitar outros vieses de resistência contra a afasia racial na disciplina de RI é a principal discussão desta seção. Para tanto, iniciaremos contextualizando o debate apresentado pela autora Lélia Gonzalez, que resgata as problemáticas sobre os efeitos do imperialismo, marcado pela produção acadêmica branca e colonialismo, como discutido na seção anterior, os quais estão imbricados no conceito de afasia racial. A autora propõe a categoria político-cultural da amefricanidade como uma ‘cura’. Na obra intitulada “A categoria político-cultural de amefricanidade”, publicada em 1988, Gonzalez debate a relação entre imperialismo e colonialismo, afirmando que ambos são elementos contínuos

na estrutura social do Brasil, resultando no racismo. Ela conceitua o racismo como a própria ciência da superioridade eurocristã (Gonzalez, 1988, p. 71).

A autora destaca que a ciência é inseparável da posição de superioridade eurocristã, a imposição forçada do catolicismo e a violência europeia de apropriação, que foram transformadas em conhecimento, sob a ótica do positivismo. A relação entre esses elementos, para a classificação, é chamada pela autora de 'triádicas' do evolucionismo, as quais deram origem às diversas ciências humanas. Ou seja, essa ciência positivista, que transformou essas 'triádicas' em conhecimento tido como verdade universal, utilizou o método científico da observação, experimentação e estratificação nos não-brancos, com o objetivo de explicar fenômenos naturais e sociais.

Dentro desse raciocínio, entendemos que foi essa mesma ciência, enquanto ferramenta de poder, que, por ser universalizada, foi usada para classificar e nomear, marcando um novo contexto na história da humanidade. Esse processo originou as disciplinas voltadas para o 'homem', como disciplina para estudar o ser humano, suas relações com a sociedade, com a cultura e com o ambiente, como as disciplinas de história, filosofia, geografia, antropologia, etc. No entanto, as fontes primárias desse conhecimento, na verdade, funcionaram como um laboratório de observação, classificação e experimentação dos seres humanos não brancos. Por exemplo, os não brancos foram classificados como selvagens, não humanos, justificando-se pela teoria darwinista da evolução das espécies (Gonzalez, 1988). Outros exemplos incluem a teoria do criminoso nato, presente em *L'uomo Delinquente* de Cesare Lombroso, as exposições animalizadas dos africanos

durante a era do imperialismo em zoológicos humanos e as fazendas de reprodução humana na América do Norte, nas quais os não brancos eram equiparados a animais reprodutores (Autor, 2024).

Nesse sentido, há duas formas de entender essa triádica. A primeira refere-se ao próprio conceito da palavra, que iguala "triádica" a "tríade", ou seja, um determinado fenômeno composto por três elementos, sendo intimamente ligado a um conjunto que possui interações (Oxford, 2025). Além disso, triádicas também pode representar uma tipicidade para formar um conceito central, seja de grupos de três partes, estruturas com três partes ou relações entre três elementos (Oxford, 2025). A segunda forma de entender sua conceituação é mencionada pela autora no debate sobre os efeitos da 'superioridade acadêmica ocidental' (Gonzalez, 1988).

Neste caso, o racismo é o eixo de produção do conhecimento, sendo a própria ciência que utilizou a ideia de superioridade da herança do colonialismo, com dominação econômica e cultural, além da exploração de territórios e populações não brancas, para a expansão e desenvolvimento do projeto colonial, controlando esses outros territórios e povos. Este debate dialoga com a concepção de Henderson (2015), que entende que o campo teórico das RI foi formado por/para supremacistas brancos, que tornaram a disciplina uma contínua reprodução do colonialismo racional, elevando hierarquias entre raças, justificadas intelectualmente pelo imperialismo e pelo conceito do "fardo do homem branco" (Henderson, 2015, p. 20).

Ou seja, essa confluência sobre a disciplina do colonialismo racional, que provoca hierarquias entre raças, em que a raça branca é

justificada como superior através da sua ‘capacidade intelectual’, representa a cumplicidade da disciplina com o problema da linha global de cores, em que, apesar de a raça ter exercido um papel central no desenvolvimento econômico e político nas relações internacionais, a disciplina omite e nega essa centralidade.

Nesse sentido, “omissão-negação” são termos compostos utilizados para evidenciar a atuação da disciplina, sendo ambos frutos do efeito da dominação do supremacismo branco e do dualismo racial. O primeiro termo marca a imposição da superioridade institucionalizada; o segundo representa as formas violentas utilizadas para diferenciar as raças. Essa forma de diferenciar as raças assemelha-se muito à lógica da catalogação, referindo-se à marca, e, por isso, ao ato de catalogar o outro — aquele que era animalizado, objetificado ou demonizado como menos humano. Essas formas de catalogação foram influenciadas por imaginários sobre o inferior, o incivilizado, o não humano, o ser sem alma, etc. Assim como esses imaginários foram inseridos no campo teórico da disciplina de Relações Internacionais, também foram incorporados à antropologia, filosofia, sociologia, entre outras áreas, representando o que a autora chama de “superioridade acadêmica ocidental”.

Os autores Zvobgo e Loken (2020) reafirmam essa “omissão-negação” da raça nas Relações Internacionais como evidência do domínio ocidental e do privilégio branco na conjuntura da política internacional. Isso contribui para a criação de dinâmicas racistas no campo teórico, representando a predominância da afasia racial na disciplina — o que justifica o distúrbio na comunicação que afeta a compreensão e a produção da linguagem, neste caso, em relação à centralidade da raça nos processos constitutivos da disciplina (Thompson, 2015).

Dessa forma, Gonzalez (1988) não apenas aponta o discurso como ferramenta de legitimação estrutural, como também denuncia sua relação com a racionalidade construída pela ciência ocidental dominante contra os povos não brancos. Sendo assim, a amefricanidade é proposta como um tratamento para a afasia racial, por ser uma categoria bidimensional que resgata as lutas e resistências dos movimentos sociais nos espaços político e cultural, formados pelas vivências, experiências e memórias do encontro colonial entre três continentes: África, Europa e América Latina.

Porém, antes de descrever essas duas dimensões da categoria, é importante destacar que a autora apresenta a amefricanidade como uma categoria político-cultural criada para confrontar a posição imperialista e o domínio cultural da América do Norte, intervindo contra a reprodução inconsciente da ideia de que só existiriam negros — e a luta negra — nos Estados Unidos, e não em outros continentes (Gonzalez, 1988). Essa intervenção contra o domínio ocidental está representada no próprio conceito da categoria, que a autora menciona como a unificação da palavra “ame”, de América, neste caso, referindo-se à América Latina e ao Caribe, somada à palavra “fricanidade”, que faz alusão à relação com a África. Ou seja, a amefricanidade, a priori, seria uma forma de confrontar o colonialismo cultural da América do Norte sobre outras culturas, apagando a existência e as lutas dessas outras populações negras e latinas. Além disso, entendemos que essa categoria é bidimensional, podendo ser operacionalizada como uma ferramenta para a reconstrução do corpo teórico da disciplina, resgatando as lutas dos movimentos sociais nas dimensões política e cultural.

Na dimensão política, a amefricanidade constrói o processo de tratamento da afasia

racial a partir das intervenções contra a continuação do imperialismo ocidental nas estruturas institucionais, por meio das lutas dos movimentos sociais, que reivindicam mudanças na sociedade. Por exemplo, o Movimento Negro Unificado (MNU), no qual Lélia Gonzalez foi ativista, organizou a luta contra a ditadura militar, reivindicando a participação do povo negro na sociedade brasileira, requerendo direitos civis e representação política. Além disso, confrontaram o Estado brasileiro para viabilizar sanções contra atos de racismo, preconceito de cor ou qualquer prática de discriminação e formas de exploração (Movimento Negro Unificado, 2006). De fato, o MNU representa a luta pela ascensão dos povos negros e afrodescendentes, para ‘torná-los’ brasileiros (‘nacionais’), afastando-os da figura do escravo, de modo que pudessem acessar os direitos básicos para a sobrevivência.

Outro exemplo de movimento social que representa essa dimensão política da amefricanidade é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), organizado na década de 1980 por diversos outros movimentos de mulheres agricultoras espalhadas pelas diferentes regiões da América Latina (Radin e Corazza, 2018). Esse movimento se insere como uma resistência representativa por meio do cotidiano das mulheres camponesas na luta pelo cuidado da natureza, pelo direito à terra e pelo direito à sobrevivência. Ambos os movimentos sociais apresentaram formas de resistência que resultaram em efeitos contra a continuidade do colonialismo, a violência de gênero, a educação para negros, afrodescendentes, mulheres e moradores do campo, além de tornarem o racismo um crime. Por isso, eles se inserem como formas de amefricanizar a disciplina de Relações Internacionais.

Além disso, essa primeira dimensão política para o tratamento da afasia racial na disciplina de Relações Internacionais também possibilita a evocação dos movimentos de luta e das intervenções epistêmicas de protagonismo da África. Isso porque, na amefricanidade, a parte “frica” resgata o sentido de “africanidade”, que representa elementos históricos, culturais e identitários como signos de pertencimento à África e seus povos. Esse resgate da africanidade descentraliza a ideia de ‘universalização’ imposta pela superioridade europeia, invertendo a lógica do ‘uni’, de ‘único’, pelo ‘pluri’, de ‘pluriversal’, mostrando que o conhecimento está presente em múltiplos mundos, a partir de outras histórias, memórias e vivências. Essa inversão da lógica do ‘uni’ para o ‘pluri’ desmistifica não apenas a posição em que esse ‘outro’ foi colocado como não humano, incivilizado, bárbaro, etc., mas também descentraliza o domínio do conhecimento pelo Ocidente, em sua tentativa de conceituar, definir e classificar outras formas de vida humana e suas lutas.

Alguns exemplos que evidenciam essa primeira dimensão da amefricanidade no resgate dos movimentos políticos e sociais no continente africano são os seguintes: o movimento Anti-Apartheid na África do Sul, liderado por Nelson Mandela. Suas lutas centralizaram-se contra o sistema político totalitário de discriminação racial, espacial, jurídico, político, econômico e cultural (Pinto, 2007). Esses sistemas políticos totalitários começaram em 1487, com a chegada da colonização portuguesa, liderada por Bartolomeu Dias. Diversos grupos de negros africanos pertencentes aos povos bosquímanes, khoikhoi, xhosas, sans e zulus tornaram-se escravos e mercadorias no vínculo comercial entre portugueses, holandeses, franceses e alemães no século XVII (Pinto, 2007).

Além do movimento Anti-Apartheid na África do Sul, muitos outros movimentos que surgiram no continente africano espelham lutas e intervenções contra o domínio europeu, pela preservação ambiental e proteção da terra. Por exemplo, o movimento das mulheres da Nigéria contra o “Delta Níger” (conflito do Delta do rio Níger), que se iniciou no pós-independência da Nigéria em 1960. O conflito no Delta teve início depois que as descobertas de enormes jazidas de petróleo, em 1973, colocaram a Nigéria no contexto da política econômica mundial, com disputas pelo domínio de regiões entre os Estados (Moura, 2015). Isso desencadeou as lutas de resistência das mulheres nigerianas contra a exploração petrolífera e a degradação ambiental.

Por fim, o movimento chamado “*Y'en a Marre*” (Já Basta), liderado pela juventude senegalesa, se posicionou contra as ações inconstitucionais do presidente Abdoulaye Wade, que queria permanecer no poder por meio da retirada dos processos eleitorais democráticos no Senegal, em 2011 (Nader e Aidoo, 2015). Nota-se que a amefricanidade transforma esses movimentos políticos de lutas e resistências em insurgências na gramática da política internacional, revelando outros tipos de relações que a disciplina de Relações Internacionais tende a omitir, por estar acometida pela afasia racial e por direcionar sua centralidade ao Ocidente.

Dessa forma, esses movimentos sociais e políticos de resistência também nos orientam a traçar novos caminhos para pensar que disciplina de RI queremos construir, considerando que ainda compactuamos com processos oriundos da experiência colonial. Lélia Gonzalez propõe uma visão semelhante ao defender o anticolonialismo presente nas produções de Amílcar Cabral, compreendendo que a independência,

por meio da luta armada, combatia o colonialismo europeu (Gonzalez, 1988). Amílcar Cabral, em seu movimento anticolonial, demonstrou, por meio da luta armada, que os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, ambos na África, precisavam negar, com urgência, a história do povo dominante.

Negar esse domínio significava combater a usurpação violenta da liberdade dos povos colonizados. Gonzalez (2021) também relembra Cheikh Anta Diop, a respeito dos conhecimentos das civilizações africanas, e os escritos de Filomena Chioma Steady sobre gênero na África Ocidental (Gonzalez, 2021). A partir dessas releituras, a autora constrói seu pensamento sobre a relação entre América Latina e África como sendo continentes inseparáveis, sobretudo pela semelhança cultural entre ambos.

A amefricanidade, portanto, é uma categoria que, além de resgatar a memória das relações entre África e América Latina — relações construídas pelo deslocamento forçado dentro do sistema escravista internacional, que formou a diáspora negra — também reafirma a aproximação inseparável entre esses continentes, especialmente por meio dos movimentos artísticos e culturais. Assim, entendemos que a cultura representa a segunda dimensão que evidencia como a amefricanidade atua no enfrentamento à afasia racial na disciplina de RI, combatendo o esquecimento calculado e o apagamento histórico dos povos não brancos, e, portanto, lutando contra o racismo presente no campo. Além disso, a amefricanidade questiona o dualismo racial que estabelece uma separação (invisível, porém perceptível) entre esses povos.

Nesse sentido, o aspecto cultural representa a necessidade de centralizar os movimentos culturais afro-latinos, compreendendo a cultu-

ra como a própria identidade desses povos, que se conectam por meio das relações estabelecidas pelo fluxo diaspórico. A própria categoria “amefricanidade”, quando separada silabicamente, permite identificar as palavras “ame” e “frican”, que, ao serem unidas pela terminação “idade”, remetem à noção de “identidade”. Essa identidade, por sua vez, é usada para delinear as características únicas dos povos africanos e latino-americanos. Assim, a identidade a partir da amefricanidade reafirma a noção de identidade como libertação, como no movimento anticolonial de Amílcar Cabral — sendo essa libertação a representação das produções culturais, do modo de vida e dos ancestrais desses povos.

Segundo Lélia Gonzalez (1988), essa cultura passa por um processo de segregação racial devido à herança do colonialismo. A autora aponta que os brancos mantêm um “esforço contínuo para preservar sua ‘pureza’ e reafirmar sua ‘superioridade’, tornando a segregação uma solução contra os grupos não brancos” (Gonzalez, 1988, p. 70). Ou seja, a cultura branca era aceita por ser considerada pertencente à raça superior, enquanto a cultura dos não brancos era vista como exótica, inferior, animalésca etc., revelando que essa cultura identitária foi moldada por elementos de dominação e segregação. O mesmo ocorre no campo das Relações Internacionais, onde o debate sobre cultura é quase inexistente, sendo, em alguns casos, abordado de forma isolada, apenas para interpretar políticas externas específicas entre Estados.

Desse modo, a segunda dimensão da amefricanização das Relações Internacionais centraliza-se em movimentos culturais que manifestam lutas e resistências por meio de peças teatrais, obras de arte, música, poesia ou produções cinematográficas. Esses elementos, da

dimensão cultural, combatem o esquecimento calculado e o apagamento histórico dos povos não brancos no campo, promovendo, a partir das experiências da diáspora entre África e América Latina, novas formas de análise para as Relações Internacionais. Além disso, essa dimensão cultural atua contra o dualismo racial que impõe uma separação (invisível, mas perceptível) entre esses povos, protagonizando sua própria resistência. Por isso, essa dimensão cultural da amefricanidade funciona como uma denúncia contra qualquer forma de discriminação racial e é também um mecanismo social que viabiliza elementos para combater a manutenção da diferença colonial, representando uma ruptura com o paradigma de dominação ocidental presente na disciplina (Grosfoguel, 2011; Mignolo, 2015).

Como exemplo de movimentos culturais que manifestam lutas e resistências, destacamos o Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento e com a participação de Lélia Gonzalez. O TEN surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a “valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte, com uma estética própria e não uma cópia estrangeira” (Fundação Cultural Palmares, 2023, p. 3). Nota-se que a criação do TEN se caracteriza como uma denúncia contra a ausência do protagonismo negro, bem como da discussão sobre os temas relacionados à população negra e seus desafios na sociedade brasileira. Ou seja, o TEN representa uma ferramenta que pode ser utilizada para analisar a estrutura política do Brasil no contexto das relações internacionais.

Outro exemplo de movimento cultural foi o movimento Rastafári, que ganhou notoriedade em várias partes do mundo através das músi-

cas do cantor e compositor jamaicano Bob Marley. Nascido em 1945, em um vilarejo rural da Jamaica, ilha localizada no Caribe, Marley utilizava suas letras e melodias para narrar histórias sobre os movimentos migratórios caribenhos, deslocando os sentidos de fronteiras culturais e étnicas (Rabelo, 2017). Assim, reafirmava as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, denunciando as atrocidades deixadas pela colonização em suas terras, como a escravidão, as violações ambientais e as desigualdades às quais os povos negros são submetidos. Na música *Redemption Song*, por exemplo, ao cantar “Velhos piratas, sim, eles me roubaram, me venderam para navios mercantes”, Marley critica a escravidão em seu contexto mais brutal.

Ainda sobre a vida do artista, o interesse pela situação migratória no Caribe está ligado à sua própria experiência de fuga, quando emigrou para os Estados Unidos em busca de oportunidades para sobreviver e investir em sua carreira musical. No entanto, seu período no exterior não durou muito, já que retornou à Jamaica ao escapar da possibilidade de ser enviado à Guerra do Vietnã (Rabelo, 2017). As narrativas contadas por Bob Marley podem ser utilizadas para amefricanizar as Relações Internacionais, pois se baseiam nas experiências migratórias caribenhas, destacando como as estruturas estatais tratam os imigrantes não brancos como objetos de estratificação social voltados à exploração da mão de obra. Trata-se de uma das temáticas mais debatidas no campo das RI, mas que, assim como a questão racial, ainda é pouco abordada no que se refere à situação migratória no Caribe.

Por fim, destacamos uma última forma de arte que pode ser compreendida como movimento cultural voltado à amefricanização das RI: as máscaras ritualísticas africanas. Embora

algumas fontes as classifiquem como design artístico tribal, as máscaras africanas transcendem essa definição, pois envolvem formas e histórias transversalizadas pelos caminhos fluviais das águas atlânticas, marcados por relações internacionais comerciais e políticas. Na exposição intitulada *Máfcricas: As Áfricas do MAFRO*, as máscaras representam o ensino e a cultura dentro de quatro núcleos temáticos — entre eles, linguagens, mulheres e afrofuturismo — no Museu Afro-Brasileiro (MAFRO), localizado no Centro Histórico (Pelourinho) da cidade de Salvador, BA.

Essas máscaras são descritas como “manifestações de forças invisíveis, usadas em ritos agrários, funerários ou de iniciação, rememorando mitos e outras tradições, por meio de suas formas, movimentos, cores e materiais” (Museu Afro-Brasileiro, 2025). Ou seja, essas máscaras africanas fazem parte do acervo da Coleção de Cultura Material Africana e estão diretamente ligadas aos contextos africanos envolvendo ancestralidade, linguagens e saberes (Museu Afro-Brasileiro, 2025).

Elas fornecem caminhos para a educação sobre a história da África enquanto patrimônios de representatividade das tradições de países do continente africano, como Nigéria e Benim. As máscaras africanas são representações artísticas que contribuem tanto para o conhecimento da África em contextos ancestrais e mitológicos quanto para o resgate de formações econômicas, sociais e imperiais nas relações com outros continentes — constituindo, assim, caminhos epistêmicos para amefricanizar o campo das RI. Partindo desses pressupostos, tanto a dimensão política quanto a dimensão cultural possibilitadas pela amefricanidade atuam na cura da afasia racial da disciplina de Relações Internacionais, viabilizando e construindo no-

vas gramáticas para a análise da questão racial no campo. Como escreveu Frantz Fanon: “resistir no presente às consideradas coisas do passado” (Fanon, 2008, p. 99, grifo nosso).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado ao longo do trabalho, a expansão do colonialismo representou o surgimento de novos processos racializados que institucionalizaram a violência sob ideologias imaginárias, baseadas na concepção da raça como validação de uma suposta superioridade, a partir da diferença fenotípica. Essa diferença constituiu linhas globais condicionadas pela cor da pele, definindo formas, padrões e direções nas relações entre o homem branco e os não brancos, especialmente nos contextos intercontinentais entre Europa, África e América Latina. Diante desse cenário, o campo de estudo das Relações Internacionais (RI) permanece omissos em relação à raça e seus desdobramentos, o que representa uma limitação teórica para analisar o cenário da política internacional entre países, organizações internacionais e demais atores globais. Essa omissão-negacionista resulta de dois fatores principais: o primeiro é o supremacismo branco, que representa a dominação ideológica tanto na criação da disciplina quanto em suas áreas temáticas; o segundo é o dualismo racial, que cristaliza imaginários hierárquicos e promove a interiorização da inferioridade das raças não brancas, estabelecendo uma separação entre os povos. Dessa forma, compreendemos que o campo da disciplina sofre com a afasia racial, que produz um esquecimento calculado — um fingimento de esquecimento do seu histórico racista — e nega a existência do racismo no contexto atual, ao mesmo tempo em que silencia sobre a questão racial e dá centralidade apenas a temas considerados mainstream.

Nesse contexto, entendemos que a categoria político-cultural da amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez, pode ser um caminho para tratar a afasia racial da disciplina, por meio de sua bidimensionalidade, que resgata as lutas e resistências dos movimentos sociais nos espaços político e cultural, contrapondo o domínio ocidental na produção do conhecimento e conferindo centralidade aos saberes da África, América Latina e Caribe. Essa categoria pode amefricanizar a disciplina de RI por meio da dimensão política, ao compreender as lutas dos movimentos sociais como intervenções contra a continuidade do imperialismo ocidental nas estruturas institucionais, que reivindicam mudanças profundas na sociedade. Como exemplos, podemos citar o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) na América Latina, o movimento de mulheres na Nigéria contra a exploração no Delta do Níger, e o movimento da juventude senegalesa Y'en a Marre, ambos no continente africano. Por outro lado, na dimensão cultural, é possível amefricanizar as RI por meio dos movimentos culturais que enfrentam o apagamento histórico dos povos não brancos, a hierarquização racial — também presente no campo teórico — e as diversas formas de racismo. Entre os exemplos, destacam-se o Teatro Experimental do Negro (TEN), o movimento Rastafári (através das músicas de Bob Marley) e as máscaras ritualísticas africanas, que representam histórias transversalizadas pelas águas atlânticas. A partir dessas releituras, compreendemos que a amefricanidade é uma categoria que, além de resgatar a memória das resistências e das relações entre África e América Latina, viabiliza formas emancipatórias dentro do campo das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order**. Constructing global order. *International Affairs* 98: 1, 2022.
- ARAÚJO, A. L., OLIVEIRA, A. J., MELO, D. C., BRAGA, T. C., NICÁCIO, A. M. MACHADO, T. H. **Manual da Afasia**. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina da UFMG, 2023.
- ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. “*Confronting the global colour line: an introduction*”. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Routledge, Third Avenue, 2015
- BHAMBRA, Gurinder K, BOUKA, Yolande, PERSAUD, Randolph, RUTAZIBWA, Olivia, THAKUR, Vinnet, BELL Duncan, SMITH, Karen HAASTRUP, Toni, ADEM, Seifudein. **Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism?** Ignoring the central role of race and colonialism in world affairs precludes an accurate understanding of the modern state system. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/>. Acesso em 14 jun 2025.
- BARBER, Alexander D. **Global Race War**: international politics and racial hierarchy. New York: Oxford University Press, 2021.
- BOB MARLEY. **Música Redemption Song** (1979). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yv5xonFSC4c> Acessada em: 10 abri 2024
- CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. Nova York: Monthly Review Press, 2000.
- DU BOIS, Web. **The Souls of Black Folk**. New York: Bantam Classic, 1903.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FUNDAÇÃO CULTURA PALMARES. **Teatro Experimental do Negro (TEN)**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten#:~:text=O%20Teatro%20Experimental%20do%20Negro,estilo%20dramat%C3%BArgico%2C%20com%20uma%20est%C3%A9tica> . Acesso em 16 jun 2025
- GROSFOGUEL, Ramón. **La descolonización del conocimiento**: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: *Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOB Edicions, 2011. p. 97-108.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, 6v.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaio, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: uma militância**, 1982. In. *Arte e ensaios*, n. 38, 2018.
- HENDERSON, Errol A. “*Hidden in plain sight: racism in international relations theory*”. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Routledge, Third Avenue, 2015
- LANGONI, Giovana Pereira. “*Etnocídio - Pierre Clastres*”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/sites/ea.fflch.usp.br/files/inline-files/Etnoc%C3%ADdio%20-%20Pierre%20Clastres.pdf> Acessado em: 10 abri 2024
- McEWAN, Cheryl. **Postcolonialism, Decoloniality and Development**. Second edition: Sean Fox, 2019.
- MIGNOLO, Walter. “*A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.
- MOURA, C. E. L. **Os conflitos no Delta do Rio Níger a luz da teoria da guerra por recursos de Michael T. Klare**. 2015. (48f). Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Rio de Janeiro
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Estatuto do Movimento Negro Unificado**. 2006. Disponível em: https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ESTATUTO_DO_MOVIMENTO_NEGRO_UNIFICADO-compactado.pdf. Acesso em 18 jun 2025
- MUSEU AFRO-BRASILEIRO. **Máfricas: As Áfricas do Mafro**. 2025. Disponível em: <https://mafro.ceao.ufba.br/pt-br/exposicoes-longa-duracao/mafricas-africanas-do-mafro> Acesso em 16 jun 2025.
- NDLOVU, Morgan. **Coloniality of knowledge and the challenge of Creating African Futures**. África: Ufahamu, p. 40, 2018.
- NADER, Lucia, AIDOO, Akwasi. **Movimentos sociais africanos apresentam oportunidades, não ameaças, às organizações de direitos humanos**. Open Global Rights, 2015. Disponível em: <https://www.openglobalrights.org/africanas-social-movements-present-opportunities-not-threats-for-rights-groups/?lang=Portuguese> . Acesso em 16 jun 2025.
- DICIONÁRIO OXFORD ENGLISH DICTIONARY. 2025, Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/oxford> . Acesso em 14 jun 2025.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas da América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DE PAULA, M. M. **Um dos maiores revolucionários anticoloniais do mundo**. 2024. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/09/um-dos-maiores-lideres-revolucionarios-anticoloniais-do-mundo/#:~:text=Cabral%20combinava%20a%20luta%20armada,processo%20cont%C3%ADnuo%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20social>. Acesso em 18 jun 2025
- PINTO, Simone Martins Rodrigues. **Justiça Transicional na África do Sul**: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, julho/dezembro 2007, p. 393-421.
- RABELO, Danilo. **Bob Marley**: memórias, narrativas e paradoxos de um mito polissêmico. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luís, MA, Brasil, v. 18, n. 35, jul./dez. 2017

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. *Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)*. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 97-101.

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoia”**. A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. RIL, Brasília a. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021.

STOLER, Ann Laura. **Colonial aphasia**: race and disabled histories in France. França: Public Culture, p. 121–56. 2011.

THOMPSON, Debra. *“Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race”*. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Routledge. 2015.

AUTOR, Autor. **A linha de cor é o fio de ouro**: o papel da raça e da escravidão na formação do sistema internacional moderno. 2023. 22p. (Especialista em Relações Internacionais. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em:<https://dspace.unila.edu.br/items/15c6a4a8-16f1-461b-96eb-9931826b737e> Acesso em 8 abri 2024.

AUTOR, Autor. **Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA**: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno. 2024. (140f). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais como requisito obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

ZVOBGO, Kelebogile, LOKEN, Meredith. **Why Race Matters in International Relations**: Western dominance and white privileges permeate the field. It 's time to change that. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/> Acesso em 01 jun 2025.